

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FORDISMO & TOYOTISMO

DO FORDISMO À PRODUÇÃO FLEXÍVEL: A produção do espaço
num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital

Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo –
Departamento de Geografia, sob a
orientação da Profa. Dra. Margarida
Maria de Andrade.

ADRIANO BOTELHO

SÃO PAULO, 2000

SEMINÁRIO 09

FUNDAMENTOS Sociais DO DESIGN

PROFES. MARCOS BRAGA & MARIA IRENE

2 - A produção flexível

Chamarei de *produção flexível* ao conjunto de estratégias que correspondem às novas práticas de acumulação do capital em resposta à crise do capitalismo de meados da década de 1970. Escolhi o termo *produção flexível* não pela referência à esfera da produção direta (a microeconomia ou escala da firma), mas sim para realçar o fato de que as novas estratégias de reprodução ampliada do capital ainda não se desligaram da produção do valor econômico. No presente trabalho, não podemos confundir a superação do *fordismo* com qualquer tipo de superação do **capitalismo**, já que *fordismo* e capitalismo são dois conceitos claramente distintos, sendo que mudanças no primeiro, não acarretam necessariamente em transformações essenciais no segundo.

Assim, o termo *produção flexível* deve ser entendido como as novas estratégias de produção e reprodução do valor em todas as escalas e níveis econômicos por parte dos agentes interessados frente à crise do capitalismo dos anos 70. Porém, deve ficar claro desde já que o processo de transição do chamado *fordismo* para o que aqui se entende por *produção flexível* varia de acordo com as sociedades, não havendo um modelo único e hegemônico. Segundo Georges Benko:

“As mutações das figuras produtivas não são teleguiadas por um gênio maligno capitalista, mas devem ser entendidas como resultado de uma conflitualidade de classe, aberta e latente”¹¹⁶.

As práticas relacionadas à *produção flexível* se expressariam, então, nas seguintes características gerais assinaladas por David Harvey¹¹⁷: a) flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; b) surgimento de novos setores de produção e de novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros; c) manutenção de taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional; d) passagem de uma grande parcela dos trabalhadores para o setor de serviços; e) criação de conjuntos industriais novos em regiões até então pouco industrializadas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, o Vale do Silício e países recém-industrializados da Ásia); f) movimento de

¹¹⁶ Benko, Georges, *op. cit.*, p. 24.

¹¹⁷ Harvey, David, *op. cit.*, p. 140-41.

compressão do *espaço-tempo*, baseado no estreitamento dos horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública e na difusão dessas decisões num espaço cada vez mais amplo (através da comunicação via satélite e da queda dos custos de transporte); g) aumento das pressões sobre o controle do trabalho por parte dos empregadores sobre uma força de trabalho enfraquecida pela instabilidade e insegurança crescentes no mercado de trabalho; h) retrocesso do poder sindical e estabelecimento de práticas regressivas de exploração da força de trabalho tanto nos novos quanto nos antigos centros industriais.

Na escala da firma, um conjunto de inovações organizacionais, cuja importância e alcance é em tudo comparável às que foram em seu tempo introduzidas por Taylor e Ford¹¹⁸, pode ser observada. Segundo Benjamin Coriat¹¹⁹, essas inovações organizacionais no interior da firma capitalista se baseariam na produção sob o sistema *just in time* e na *auto-ativação* da produção.

O *just in time* consistiria na forma de administração da produção industrial e de seus materiais, segundo a qual a matéria-prima e os estoques intermediários necessários ao processo produtivo são supridos no tempo certo e na quantidade exata. Consiste na redução dos estoques de matéria-prima e peças intermediárias, conseguido através da linearização do fluxo da produção e de sistemas visuais de informação (Kanban). Através dele, busca-se chegar a um estoque zero¹²⁰. E como nos lembra Thomaz Wood Jr¹²¹:

“Esse sistema, que opera com a redução dos estoques intermediários, remove, por isso, as seguranças, e obriga cada membro do processo produtivo a antecipar os problemas e evitar que ocorram”.

Este princípio do *just in time* pode ser alargado às relações entre as diferentes seções dentro de uma mesma unidade industrial, entre as unidades de uma mesma empresa ou entre as empresas e as suas subcontratadas¹²².

¹¹⁸ Coriat, Benjamin. Pensar pelo avesso – Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994, p. 11.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 32.

¹²⁰ Lisboa, Naira. “Just-in-Time”, in Cattani, Antonio Davi (org.), *op. cit.*, p. 147-8.

¹²¹ Wood, Thomaz Jr. “Fordismo, toyotismo e volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido”, Revista de Administração de Empresas – São Paulo, set./out. 1992, p. 14.

¹²² Leborgne, Danièle & Lipietz, Alain., “Flexibilidade Ofensiva, Flexibilidade Defensiva”, in Benko, Georges & Lipietz, Alain. As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica – Portugal: CELTA Editora, 1994, p.229.

Assim, as empresas envolvidas na cadeia produtiva devem assumir uma coordenação de suas atividades como forma de minimizar os problemas e aumentar a segurança. Forma-se uma “pirâmide de fornecedores”, pois a grande empresa contrata fornecedores de *primeiro nível*, estes, por sua vez, possuem uma equipe de fornecedores de *segundo nível*, e assim por diante.

David Harvey¹²³ afirma que esse modelo de subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes às da máfia) revivam e floresçam.

Basicamente, podemos entender os fenômenos da “terceirização” e ampliação da subcontratação como fazendo parte do processo de aumento da flexibilidade de custos da empresa diante da intensificação da competição e dos riscos. O modelo de subcontratação quase sempre se efetiva como subordinação das pequenas empresas em relação às grandes, com as últimas transferindo para as primeiras os custos de manutenção de estoques no sistema *just in time*, da manutenção de uma numerosa força-de-trabalho e da adaptação às novas necessidades e novos produtos em um mercado em rápida mutação.

Assim, as empresas subcontratadas adquirem um papel central nas formas flexíveis de produção, já que o tempo de giro do capital foi reduzido e parte do capital produtivo das grandes empresas é constantemente desviado para o mercado financeiro, em busca de rendimentos no circuito D-D’ da acumulação capitalista.

Em termos espaciais, a integração das empresas com os seus fornecedores, aprofundada pelo *just in time* requer uma rede de transportes e comunicações bem estruturada e a proximidade relativa das empresas envolvidas na cadeia produtiva.

Dessa forma, as conexões interempresas favorecem a concentração espacial destas, constituindo verdadeiras “economias de aglomeração”, que substituem as “economias de escala” do *fordismo*. Privilegia-se tendencialmente as *aglomerações urbanas*¹²⁴. Segundo Georges Benko¹²⁵:

¹²³ Harvey, David, *op. cit.*, p. 145.

¹²⁴ Leborgne, Danièle & Lipietz, Alain, *op. cit.*, p.235.

¹²⁵ Benko, Georges, *op. cit.*, p. 144.

“A aglomeração geográfica das indústrias e a divisão social do trabalho se fortificam mutuamente no espaço e no tempo pela redução dos custos transacionais externos das firmas, e esta conduz a uma aglomeração densa por causa da proliferação das conexões interempresas”.

O mesmo Benko¹²⁶ nos explica melhor como funcionariam as “economias de aglomeração” decorrentes das novas relações interempresariais:

“À grande empresa integrada sucede a *rede de firmas especializadas*, ligadas por relações de subcontratação ou de parceria. No caso da pura subcontratação, as firmas que dão ordens podem, a rigor, dirigir-se a outra firma distante (na Ásia): mas ainda assim é preciso que ela seja encontrada, que esteja num mercado de firmas contratantes, agrupadas em torno de um porto ou de um aeroporto. Uma zona franca, por exemplo, mas em todo o caso uma concentração urbana. No caso da “parceria”, é preciso que se concentrem firmas num espaço tal que os engenheiros possam conhecer-se, trocar “macetes” e discutir problemas técnicos, é preciso que os operários qualificados possam circular de firma em firma”.

A tendência à aglomeração espacial é complementada pela tendência à migração setorial do capital, que se converte em migração espacial do valor econômico e dos meios de produção. Novos pólos e aglomerações surgem com o advento de novas tecnologias, novos ramos industriais e novas formas de produzir. O capital, ao expandir-se, o faz em busca de novas oportunidades de investimento, mais livres dos custos de reconversão da infraestrutura produtiva existente (meios de produção) e das regulamentações políticas (do “duro” jogo de negociação política, o “antivalor”). Dessa forma, segundo William Greider¹²⁷:

“O que mais atrasa a escalada das novas tecnologias é o peso do que já existe. A rotina estabelecida, a inércia das fábricas já instaladas, os arranjos sociais, os compromissos políticos - tudo isso serve de obstáculo aos novos processos, a sua remoção é muito lenta. Essa realidade leva à segunda grande fonte de revolução [a

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p. 193-4.

¹²⁷ Greider, William, *op. cit.*, p. 33.

primeira seria a tecnologia da informação –AB]: a migração do capital. Mais cedo ou mais tarde, empresários ambiciosos se dão conta de que, em vez de tentar reformar o que está velho, é muito mais fácil mudar para outro lugar e começar tudo de novo”.

O “lugar” passa a ter uma importância vital para a atração do capital que busca as vantagens de diferenciais sociais e espaciais de cada localidade. Como nos lembra Krishan Kumar¹²⁸, outras cidades e regiões - Los Angeles, Gales do Sul, Formosa - tornam-se atraentes para o capital internacional ao reforçar certas características locais: uma variedade especial de perícias, uma cultura anti-sindical, uma tradição de administração paternalista do trabalho. O que importa não são as características únicas de identidades locais, mas a maneira como elas se combinam com os requisitos de um capital cada vez mais versátil.

Observa-se, ao longo do processo de reestruturação do capital, a acelerada expansão deste em direção a áreas antes marginalizadas ou subutilizadas no processo de acumulação capitalista, integrando-as ao circuito mundial de geração do valor, o qual, por sua vez, é aprofundado e estreitado. Esse fenômeno é a celebrada *globalização da economia*, também conhecida como *mundialização do capital* ou como *imperialismo*.

Não podemos esquecer que longe de serem mundiais, as empresas transnacionais responsáveis pela expansão espacial do capital são, de fato, triádicas, isto é, intervêm essencialmente nos três pólos que dominam a economia do mundo: América do Norte, Europa Ocidental e a região Ásia-Pacífico¹²⁹. Os países “subdesenvolvidos” são, antes de tudo, fontes de trabalho barato e mercados a serem explorados por essas empresas. A lógica seria a da dominação, e não a da associação, nesse caso.

Os mecanismos macroeconômicos de integração mundial (como a Organização Mundial de Comércio), a formação de blocos econômicos regionais (como a União Européia, o NAFTA e o Mercosul), as privatizações de empresas públicas em todo o mundo são alguns mecanismos, ao lado da abertura dos mercados nacionais às mercadorias e ao capital estrangeiro, que facilitaram o movimento de expansão do capital. Esse movimento

¹²⁸ Kumar, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 198.

¹²⁹ Ramonet, Ignácio. Geopolítica do caos - Petrópolis: Vozes, 1998, p. 50.

foi também viabilizado pelos avanços nas tecnologias de transporte e comunicação, o que reduziu os custos de transporte e acelerou a velocidade dos fluxos de bens e serviços.

A escolha dos pontos de instalação das empresas pelos capitalistas passou, nos últimos anos, a ser influenciada pelas guerras regionais por empregos, levadas a cabo por diferentes esferas do poder público e baseada na concessão de incentivos fiscais, na presença de uma mão-de-obra mais barata e com menor tradição sindical, na proibição ou estabelecimento de empecilhos à organização sindical, na ausência ou fragilidade da legislação trabalhista e/ou ambiental. Buscam-se áreas em que a adaptação do sistema produtivo às novas condições econômicas e sociais apresente menor resistência por parte dos trabalhadores e do poder público. A infra-estrutura saturada (sobrecarga das redes de comunicação - estradas, transportes públicos etc. -, o aumento dos preços de tarifas públicas, a alta dos preços imobiliários, por exemplo) levaria a um crescente número de empresas a buscar novas áreas para as suas atividades.

Dessa forma, cada vez mais o *valor econômico* subordina a esfera da política, o capital passa a chantagear o poder público e a exigir deste cada vez mais recursos para a sua reprodução ampliada, pois com a sua mobilidade aumentada em tempos de “*globalização*”, seu poder frente às restrições espaciais e sócio-políticas é aumentado em grande escala. E o capital torna-se altamente seletivo com relação aos pontos em que se instala, abandonando grandes áreas do globo, como quase toda a África¹³⁰, consideráveis parcelas da Ásia, América Latina e Europa Oriental. Segundo Hobsbawm¹³¹:

“Das 42 “economias de baixa renda” em 1970, dezenove tinham zero investimento estrangeiro líquido. Em 1990, os investidores tinham perdido todo o interesse em 26. Na verdade, havia substancial investimento (mais de 500 milhões de dólares) em apenas catorze de quase cem países de baixa e média renda fora da Europa, e investimento maciço (de cerca de 1 bilhão de dólares para cima) em apenas oito, dos quais quatro estavam no leste e sudeste da Ásia (China, Tailândia, Malásia e Indonésia) e três na América Latina (Argentina, México e Brasil)”.

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p. 112.

¹³¹ Hobsbawm, Eric, *op. cit.*, p. 412-13.

Assim, como nos lembram Hirst & Thompson¹³², as economias podem ter se internacionalizado em grau considerável, mas a riqueza e a produção permanecem locais e distribuídas de forma extremamente desigual.

Não é possível tratar das relações interempresas (e de seus efeitos na produção do espaço) sem tratarmos também das relações entre o capital e o trabalho (a fonte de geração do valor), já que juntas são responsáveis pelo aumento da extração da mais-valia nas formas absoluta e relativa e formam a base dos novos paradigmas produtivos. As relações entre o capital e o trabalho estariam ligadas à chamada *auto-ativação* da produção.

A *auto-ativação* da produção se constituiria pelo aumento da unidade de trabalho - a "tarefa", o ciclo de movimentos e/ou operações a cargo de um indivíduo ou de um posto de trabalho -; a alternância de trabalhadores entre esses diversos postos, como instrumento de capacitação e motivação individuais; o trabalho em equipes ou "células", celebrizado na Toyota, rompendo a própria noção de posto de trabalho e conferindo certa autonomia a coletivos de operários; a atribuição das tarefas de controle de qualidade do produto e/ou manutenção de máquinas e equipamentos aos operários da produção¹³³. Ou seja, trata-se de formar uma força de trabalho polivalente, multifuncional, flexível e engajada.

O envolvimento necessário dos trabalhadores na chamada *auto-ativação* é conseguida a partir de um jogo de contrapartidas sutis e essenciais com os trabalhadores, o que Coriat chama de "engajamento estimulado"¹³⁴. Algumas dessas contrapartidas seriam o emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores (no caso japonês), o salário por antigüidade, bonificações por eficiência e participação nos resultados das empresas. Essas garantias no emprego possibilitariam às empresas investir em qualificação de seus trabalhadores, sem correrem o risco de perder o investimento com a rápida saída do empregado da empresa. O engajamento do operário também é conseguido pela vigilância, disciplina e pressão impostas pela gerência e pelos próprios trabalhadores, já que as bonificações dependem de um bom desempenho geral de todo o grupo.

Os reflexos espaciais da adoção das novas práticas de gestão no interior da fábrica são expressivos. Os postos de trabalho fixos são flexibilizados e observa-se uma maior

¹³² Hirst, Paul & Thompson, Grahame. *Globalização em questão* – Petrópolis: Vazes, 1998, p. 90.

¹³³ Xavier, Guilherme Gaspar de Freitas. "Modelo Japonês", in Cattani, Antonio Davi, *op. cit.*, p. 158.

¹³⁴ Coriat, Benjamin, *op. cit.*, p. 108.

mobilidade dos operários no interior da planta. Segundo Benjamin Coriat¹³⁵, as novas práticas de organização da produção, baseadas na experiência japonesa da Toyota, teriam as seguintes características concernentes ao espaço interno das firmas:

“As fronteiras entre postos e ilhas de trabalho são mantidas numa situação ininterruptamente “virtual” e são permanentemente *transgressíveis* por um ou vários trabalhadores aos quais um conjunto de tarefas previamente determinadas foi alocado”.

A organização da produção em linha seqüencial, típica do paradigma *fordista* é substituída por organizações da produção cujas fronteiras entre os postos de trabalho são mais flexíveis, como a organização do *lay-out* interno da planta em formas de “U”, virtuais ou linearizadas¹³⁶.

Ocorre, paralelamente às alterações observadas na planta fabril, uma “flexibilização” das relações de trabalho, embora como bem lembram Leborgne & Lipietz¹³⁷, não existiria qualquer tipo de relação entre a flexibilidade das novas tecnologias e a flexibilidade do contrato salarial, pois podemos encontrar trabalhadores qualificados, polivalentes e bastante autônomos beneficiados por convenções coletivas muito rígidas. Porém, observa-se em muitos países (dos capitalistas avançados até os de industrialização tardia) um intenso movimento de flexibilização dos contratos salariais no momento histórico atual. E paradoxalmente, esta tendência vem acompanhada de uma necessidade cada vez maior, para o funcionamento ótimo dos novos paradigmas flexíveis, da cooptação dos trabalhadores no processo produtivo. O controle de qualidade dos produtos efetuado pelos próprios funcionários responsáveis pela linha de montagem, possibilitando uma drástica redução nos custos e substantivos aumentos de qualidade dos produtos¹³⁸; o envolvimento dos trabalhadores nos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's)¹³⁹ e a grande diminuição dos postos de supervisão, diminuindo a hierarquia no interior da empresa, são exemplos de como, para os novos paradigmas de produção, é importante uma efetiva cooperação dos

¹³⁵ Idem, ibidem, p. 71.

¹³⁶ Idem, ibidem, p. 66.

¹³⁷ Leborgne, Danièle & Lipietz, Alain, *op. cit.*, p. 230.

¹³⁸ Womack, James P. (*et. al.*), *op. cit.*, p. 48.

¹³⁹ Fleury, Afonso & Fleury, Maria Tereza Leme. Aprendizagem e inovação organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil – São Paulo: Atlas, 1995, p. 180.

trabalhadores. Somado a esses exemplos de trabalhadores cada vez mais qualificados, bem treinados e de iniciativa. As formas de cooptação dos funcionários também persistindo um modelo hegemônico. Abaixo apresento um quadro dos possíveis modelos adotados pelas empresas:

Quadro 1
As novas relações salariais

Natureza do compromisso	Organização do trabalho	
	Não-implicação Polarização das tarefas	Implicação com <i>Individual</i>
Contrato de trabalho rígido	Prosseguimento do modelo fordista (paradigma anterior)	Via patronal "participativa" para um núcleo estável
Contrato de trabalho flexível	Via patronal liberal sem contrapartidas (neotaylorismo)	Via patronal liberal ou participativa tipo "cultura de empresa"
Tipo de modelo	Neotaylorista	Californiano

Fonte: Adaptado de Leborgne & Lipietz, *op. cit.*, p.231.

O quadro acima revela as várias possibilidades de relações salariais, sendo a mais favorável para os trabalhadores, a do modelo *kalmariano* (os autores do quadro dão este nome em homenagem à fábrica Volvo em Kalmar), caracterizado pela negociação por ramo, por território ou preferencialmente, ao nível da nação (como na Suécia). O modelo *toyotista* se caracterizaria pela negociação restrita ao nível da empresa, existindo então boas e más empresas, assalariados privilegiados (os das boas empresas) e os menos privilegiados, que poderão trabalhar em regime *neotaylorista* (pequenas empresas subcontratadas). O Japão constitui um bom exemplo deste caso. Os modelos *californianos* relacionariam a diferenciação dos salários dos trabalhadores em função de sua implicação individual, conduzindo a uma "remercantilização" da relação salarial, tendência coerente com a moda ideológica da regulação mercantil. A via *neotaylorista*, por sua vez, se caracterizaria por um aprofundamento dos princípios *tayloristas* combinados com maior automação do processo produtivo e com menos contrapartidas para os trabalhadores. Seus efeitos sociais seriam os mais prejudiciais para a classe trabalhadora e para a sociedade em geral. E os exemplos

dessa tendência seriam majoritariamente os capitalismos norte-americano, britânico e francês. Como já realçado, nenhum desses modelos pode ser considerado hegemônico¹⁴⁰.

Um padrão que podemos observar nas empresas “flexibilizadas” é o aumento da polivalência do trabalhador de melhor remuneração, ao lado da redução do número de trabalhadores empregados, o que nos leva a uma elevação dos padrões de extração da mais-valia relativa, via aumento da produtividade por trabalhador. Trata-se sobretudo de duas formas de flexibilidade, uma das quais se refere à organização do trabalho (a flexibilidade *funcional*) e a outra ao mercado de trabalho (a flexibilidade *numérica*). A flexibilidade funcional caracteriza a capacidade de uma empresa de modular as tarefas efetuadas por seus empregados em virtude de mudanças na demanda, na tecnologia ou na política de *marketing*. Essa forma de flexibilidade está igualmente associada ao desenvolvimento de *novos conceitos de produção* e aos novos modelos de organização que recorrem necessariamente a um grupo de trabalhadores qualificados polivalentes, operando de maneira permanente em tempo integral, uma vez que é nesses trabalhadores que repousa a continuidade da produção e em que, não raro, é a eles que compete a manutenção do equipamento industrial. Espera-se desses trabalhadores permanentes que sejam adaptáveis, flexíveis, se necessário, geograficamente móveis. Porém, como lembra Womack¹⁴¹, dois membros do sindicato norte-americano United Automobile Workers Union rotularam as novas práticas de organização da produção de “gerência pelo *stress*”. Benjamin Coriat¹⁴² também nos chama a atenção para o fato de haver nas novas práticas gerenciais um movimento de *desepecialização dos profissionais* para transformá-los em profissionais polivalentes, e ao contrário do que muitas vezes se diz, tal movimento foi de fato, um *movimento de racionalização do trabalho* no sentido clássico do termo, ao atacar o saber complexo do exercício dos operários qualificados, a fim de atingir o objetivo de diminuir os seus poderes sobre a produção, e de aumentar a intensidade do trabalho.

¹⁴⁰“É evidente que a experiência já decidiu: comercialmente, os modelos “kalmarianos” esmagam os modelos “neotayloristas”. A zona cinzenta dos modelos “californianos” (onde tenderíamos a incluir igualmente o Silicon Valley, São José dos Campos, no Brasil, e a Terceira Itália) é a única que fornece argumentos (frequentemente vagos) àqueles que associam flexibilidade da relação salarial e competitividade.” (Leborgne & Lipietz, *op. cit.*, p.232)

¹⁴¹ Womack, James P. (*et al.*), *op. cit.*, p. 91.

¹⁴² Coriat, Benjamin, *op. cit.*, p. 53.

A flexibilidade numérica diz respeito à facilidade e à rapidez com que as empresas podem *ajustar* seus efetivos e o nível dos salários em virtude das flutuações da demanda, e é também associada às variações de efetivos dos trabalhadores periféricos¹⁴³.

Tal fato tem como conseqüência em todos os países capitalistas o aumento da segmentação e polarização do mercado de trabalho.

As transformações produzidas pelos processos de racionalização tendem a aprofundar a heterogeneidade do mercado de trabalho, reforçando as desigualdades entre as formas de inserção no mercado de trabalho e reduzindo as possibilidades de mobilidade entre os vários segmentos da força de trabalho¹⁴⁴. Não que sob o paradigma *fordista* não houvesse uma segmentação do mercado de trabalho, já que os mercados de trabalho tendiam a se dividir entre o que O'Connor (1973) denominou de um setor "monopolista" e um setor "competitivo" muito mais diversificado em que o trabalho estava longe de ter privilégios¹⁴⁵. A divisão se dava entre uma mão-de-obra geralmente branca, masculina e sindicalizada, que possuía maiores direitos e o "resto", incorporado ao setor competitivo. O que ocorreu nos últimos anos foi uma precarização de uma considerável parcela dos antigos "privilegiados"¹⁴⁶ e uma ampliação do fosso existente entre uma mão-de-obra qualificada, bem treinada, polivalente e estável e os outros segmentos do mercado de trabalho. Ampliou-se a *insegurança no emprego*, com uma redução dos empregos estáveis nas empresas e uma maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho a domicílio ou autônomos¹⁴⁷. O exemplo fornecido por E. Soja¹⁴⁸ para o caso da cidade de Los Angeles é ilustrativo:

¹⁴³ Benko, Georges, *op. cit.*, p. 121.

¹⁴⁴ Montagner, Paula & Brandão, Sandra Márcia Chagas. "Recessão e racionalização produtiva: implicações para o mercado de trabalho", *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 8, nº 1 – São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 165.

¹⁴⁵ Harvey, David, *op. cit.*, p. 132.

¹⁴⁶ "O emprego nas grandes empresas perde importância relativa, ao mesmo tempo que aumenta o emprego nas empresas de menor porte. Ocorrendo, desta maneira, uma precarização geral da estrutura ocupacional, com predominância do *standard employment relationship* nas grandes empresas, e uma extensa presença dos contratos por tempo determinado nas pequenas e médias." (Dedecca, Cláudio Salvadori. "Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado", in Oliveira, Carlos Eduardo Barbosa de & Mattoso, Jorge Eduardo Levi. *Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?* – São Paulo: Scritta, 1996, p.67).

¹⁴⁷ "Estas "novas", "atípicas" ou "contingenciais" formas de trabalho e de trabalhadores são, no entanto, muito diferenciadas entre si e heterogêneas. Algumas têm algo de *dejà vu* relativamente a outros momentos pretéritos do desenvolvimento capitalista, como os trabalhos domésticos e independentes, mas são hoje também resultado da terceirização levada a cabo pelas empresas e da maior utilização da informática e de outras tecnologias que favorecem o trabalho realizado a distância da empresa. Outras são relativamente novas e ampliadas pelas novas relações das empresas com o mercado (consumidores e fornecedores) e/ou

“O emprego nas fábricas de confecções expandiu-se quase 60% entre 1970 e 1980, representando 12% do crescimento total do emprego na indústria e um acréscimo líquido de mais de 32.000 empregos. Dentre os aproximadamente 125.000 empregos nesse setor industrial, talvez até 80% tenham sido ocupados por trabalhadores sem documentos nos últimos anos, sendo 90% do total de empregados compostos de mulheres. Os índices de sindicalização são baixos e as infrações à legislação do salário mínimo, do pagamento de horas extras, do trabalho infantil e da segurança no trabalho são endêmicas. Assim, as pequenas empresas que evocam as imagens de Londres do século XIX tornaram-se parte tão integrante da paisagem reestruturada de Los Angeles quanto as fábricas abandonadas e as novas fábricas de circuitos integrados. E podem ser encontradas não apenas na indústria de confecções, mas também em muitos outros setores industriais”.

O convívio de diversos modelos de negociação entre trabalhadores e empresas aumentaria as diferenças no seio da classe trabalhadora. Arma-se, assim, um processo de formação de salários ligado à *performance individual* dos trabalhadores menos estáveis e com contrato de tempo determinado ou parcial. Em contrapartida, os salários para a parcela dos trabalhadores mais estáveis e para aqueles com pouca estabilidade, mas com contratos de trabalho indeterminados, sofrem um processo de formação baseado em *múltiplos* aspectos da *performance* do trabalhador - produtividade individual, resultados obtidos pela empresa, nível de absenteísmo individual, criatividade no enfrentamento dos problemas cotidianos, rendimentos da equipe de trabalho, entre outros.

As transformações observadas no mundo do trabalho acabaram por abalar seriamente as bases estruturais dos sindicatos e a sua representatividade. Um dos elementos essenciais do “compromisso fordista” encontra-se, portanto, enfraquecido.

As formas de organização da classe trabalhadora dependiam bastante do acúmulo de trabalhadores na fábrica para serem viáveis, e as transformações das últimas décadas nos

pelas estratégias empresariais de flexibilização e redução do custo de trabalho como forma de romper a anterior relação de trabalho e de fazer face à crescente concorrência doméstica ou internacional. Neste sentido, o capital reestruturado buscou reduzir o tamanho da força de trabalho diretamente empregada pelas empresas, substituindo o trabalho integral, de longo prazo ou indeterminado, pelo trabalho contingencial, temporário, part-time etc.” (Mattoso, op. cit., p.87)

¹⁴⁸ Soja, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 251.

países capitalistas avançados caminhavam no sentido do declínio das velhas indústrias do século XIX e XX. Segundo Eric Hobsbawm¹⁴⁹:

“Embora a grande empresa de produção em massa e a grande fábrica sobrevivessem até a década de 1990, mesmo que automatizadas e alteradas, as novas indústrias eram *muito* diferentes. As clássicas regiões industriais “pós-fordistas” - por exemplo, o Veneto, a Emilia-Romana e a Toscana no norte e centro da Itália - não tinham as grandes cidades industriais, as empresas dominantes, as fábricas enormes. Eram mosaicos ou redes de empresas que iam da oficina de fundo de quintal à fábrica modesta (mas de alta tecnologia), espalhadas pela cidade e o país”.

O ressurgimento de formas pretéritas de organização do trabalho (formas familiares, paternalistas, domésticas, informais, “subterrâneas”) tornaram o acesso dos sindicatos aos trabalhadores nelas envolvidos peculiarmente difícil. Como assinala David Harvey¹⁵⁰

“Os sistemas paternalistas são territórios perigosos para a organização dos trabalhadores, porque é mais provável que corrompam o poder sindical (se ele estiver presente) do que tenham seus empregados liberados por este do domínio e da política paternalista do bem-estar do “padrinho”. Com efeito, uma das grandes vantagens do uso dessas formas antigas do processo de trabalho e de produção pequeno-capitalista é o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes. Nelas, a consciência de classe já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho, passando para um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentescos ou semelhantes a um clã que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas. A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou um tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional”.

¹⁴⁹ Hobsbawm, Eric, *op. cit.*, p. 298.

¹⁵⁰ Harvey, David, *op. cit.*, p. 145-6.

Dessa forma temos, como anteriormente anunciado, o aumento da extração da mais-valia absoluta no seio dos países ricos, seja através do ressurgimento de formas pretéritas de exploração do trabalho, da exploração do trabalho feminino ou até mesmo do aviltamento dos salários dos trabalhadores regulares.

A tendência de queda na sindicalização seria um dos reflexos da profunda diferenciação interna tanto dos trabalhadores empregados - submetidos a negociações cada vez mais individualizadas por empresa, a contratos individuais e ligados à suas *performances* -, quanto dos desempregados, onde jovens, trabalhadores pouco qualificados, minorias étnicas, imigrantes, mulheres formam um caleidoscópio de interesses e reivindicações. Muitos desempregados passam ao desengajamento sindical e partidário, o que é, em parte, fruto de sua desilusão e de sua situação precária e instável¹⁵¹. Porém, o principal problema que advém do crescente desemprego é a defesa potencial, por parte de parcela da classe trabalhadora melhor qualificada e com maior estabilidade no emprego, de ideais da direita política, em detrimento das atividades de assistência social e redistribuição de renda, que beneficiariam os desempregados¹⁵². Práticas “neocorporativas” que procuram preservar os interesses do proletariado estável, vinculado aos sindicatos, contra os segmentos que compreendem o trabalho precário, terceirizado, parcial, etc¹⁵³ também reforçaram a desunião entre a classe trabalhadora e diminuem a possibilidade da consolidação de uma *consciência de classe* dos trabalhadores. Dessa forma, o desemprego estaria, aos poucos, debilitando a coesão anteriormente obtida pelo trabalho¹⁵⁴. Segundo relatório divulgado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), a taxa de sindicalização despencou para menos de 20% da massa de trabalhadores de 48 países, entre 1985 e 1995. Foram pesquisados 92 países. “Isso quer dizer que, de um exército mundial estimado em 1,3 bilhão de trabalhadores, só 164 milhões eram sindicalizados em 1995” (“O Estado de São Paulo”, 30/11/97). Segundo Martin & Schumann¹⁵⁵, a experiência de que a filiação sindical custa dinheiro, mas não protege os associados nos casos de crise, podendo até prejudicar a carreira

¹⁵¹ Cattani, Antônio Davi. *Trabalho & Autonomia* – Petrópolis: Ed. Vozes, 1996, p. 77.

¹⁵² Hobsbawm, Eric, *op. cit.*, p. 302.

¹⁵³ Antunes, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* – São Paulo/Campinas: Ed. Cortez/Unicamp, 1995, p. 64.

¹⁵⁴ Cattani, Antônio Davi, *op. cit.*, 1996, p. 65.

¹⁵⁵ Martin, Hans & Schumann, Harald. *A armadilha da globalização* – São Paulo: Ed. Globo, 1998, p. 184.

deles, fez com que desde 1991 a Federação dos Sindicatos da Alemanha perdesse um quinto de seus membros.

A tendência de queda na sindicalização dos trabalhadores, porém, varia entre grupos de países. Segundo dados apresentados por Mattoso¹⁵⁶, esta tendência seria mais acentuada nos EUA, Japão, França, Itália e Inglaterra e não verificada nos países nórdicos, com destaque para a Suécia, onde as taxas de sindicalização já eram as mais elevadas, e onde se negociou a reestruturação industrial e do trabalho com organizações sindicais fortes e centralizadas em meio à relativa preservação do pleno emprego nacional.

Para Eric Hobsbawm¹⁵⁷, a crise de identidade da classe trabalhadora e de suas entidades representativas estaria também ligada à crise enfrentada tanto pela ala social-democrata quanto pela ala revolucionária-bolchevique da esquerda. Segundo o autor, o crescimento da economia globalizada teria atingido os próprios fundamentos da esquerda social-democrata, pois abalou sua capacidade de defender, nos limites das fronteiras nacionais, sua base social por meio de uma política fiscal redistributiva, de proteção social e de uma política macroeconômica voltada para o pleno emprego. O fracasso do projeto bolchevique, ainda segundo Hobsbawm, tornou-se óbvio na década de 1960 e sobretudo na de 1970, do mesmo modo como ficou evidente a incapacidade do sistema bolchevique para se renovar e evitar a sua ruína completa.

Os sindicatos enfraquecidos e o Estado “esvaziado” ideologicamente de suas atribuições da época do *fordismo* se tornaram interlocutores impotentes frente ao capital todo-poderoso na esfera da decisão política. Tal fenômeno se relaciona com a ascensão do ideário neoliberal. Na verdade, esse ideário reuniria antes “dogmas” do que um conjunto de teorias que buscam explicar a realidade. É o chamado “pensamento único”, que não admite a diferença e é justificado e demonstrado antes pela repetição incessante de suas pregações do que pela eficiência de suas idéias.

Tem-se então o predomínio da idéia de que todo o globo deva ser regido pelo mercado livre. A tese básica do neoliberalismo seria, resumidamente: “o mercado é bom e interferências do Estado são ruins¹⁵⁸”.

¹⁵⁶ Mattoso, Jorge Eduardo Levi, *op. cit.*, p. 104-5.

¹⁵⁷ Hobsbawm, Eric. O Novo Século: entrevista a Antonio Polito – São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.108-9.

¹⁵⁸ Martin, Hans & Schumann, Harald, *op. cit.*, p. 18.

Desregulamentação, liberalização e privatização: estes conceitos, ao lado da inflação baixa, da estabilidade cambial e responsabilidade fiscal, tornaram-se a receita básica para o “bom governo”¹⁵⁹. Temos, assim, segundo Perry Anderson¹⁶⁰:

“a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente da direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais, depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal”.

Ao lado dos governos, os órgãos de informação, as faculdades de ciências econômicas, jornalistas, ensaístas, políticos repetem sem cessar os dogmas do neoliberalismo¹⁶¹.

A ditadura do mercado é reforçada pela financeirização do capital, pelo desenvolvimento do mercado financeiro global, pois:

“Quanto mais dependentes se tornam da benevolência dos investidores, mais brutalmente os governos precisam favorecer uma minoria sempre privilegiada - os detentores do patrimônio monetário. Seus interesses costumam ser os mesmos: inflação baixa, câmbio estável e tributos insignificantes sobre os rendimentos do capital. Ainda que sem admiti-lo, os adeptos do livre-mercado sempre equipararam essas metas ao bem-estar geral. No entanto, no contexto do movimento financeiro global, isso se torna pura ideologia. O curto-circuito da economia financeira entre os países lhes exige uma corrida por tributos menores, redução das despesas públicas e renúncia a uma igualdade social, que como resultado nada mais traz além de uma redistribuição global de baixo para cima. Será premiado quem proporcionar aos fortes (de capital) as melhores condições. Cada governo fica sob ameaça de punição quando se opõe a essa lei da selva”¹⁶².

¹⁵⁹ Chesnais, François. “A emergência de um regime de acumulação financeira”, in Praga- estudos marxistas, nº 3 – São Paulo: Hucitec, 1997.

¹⁶⁰ Anderson, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”, in Gentili, Pablo & Sader, Emir. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 14.

¹⁶¹ Ramonet, Ignácio, *op. cit.*, p. 74-5.

¹⁶² Martin, Hans & Schumann, Harald, *op. cit.*, p. 89.

Dessa forma, o Estado do bem-estar é pressionado pelas forças conservadoras através de dois instrumentos principais, resumidos por William Greider¹⁶³:

“Em termos militares, o mercado livre armou um plano de ataque, com um movimento de pinças, contra o estado do bem-estar social moderno e está progredindo nos esforços para desmantelá-lo. Um dos flancos do ataque é formado pela dívida, o crescente endividamento dos governos mais ricos incapazes de arcar com os custos de encargos sociais há muito tempo estabelecidos. O outro flanco é a saída de capital - a evasão de empresas e investidores para outros locais cada vez que as nações deixam de reduzir os custos elevados que o estado do bem-estar social impõe às empresas e ao mercado de trabalho. À medida que esses dois flancos se estreitam, cada um deles faz a situação piorar para as sociedades que estão sendo atacadas, aumentando as fileiras de cidadãos dependentes e o custo da resistência”.

Uma vez iniciado o processo de liberalização do capital e desregulamentação dos mercados, há a subordinação crescente dos governos dos países ligados à economia global aos interesses do capital. A necessidade de captação de recursos no mercado financeiro global e de atração de investimentos produtivos amarram a política econômica dos diversos governos ao chamado “receituário neoliberal”. E a conduta dos governos é constantemente avaliada pela classificação de risco (*rating*) conferida a cada país por um grupo de empresas especializadas do mercado financeiro, classificação esta baseada mais em critérios subjetivos do que objetivos¹⁶⁴.

O resultado mais palpável da adesão ao receituário neoliberal seria, para Perry Anderson¹⁶⁵, a criação de sociedades mais desiguais. O conceito mais amplo de cidadania passa por uma forte redução frente ao ataque conservador e à precarização da situação da classe trabalhadora.

Ganha força, então, um movimento favorável à privatização da sociedade, que compreende não só o processo de vender empresas do Estado a particulares como ocorreu com a política conservadora britânica nas décadas de 1989 e 1990 (e ocorre atualmente em

¹⁶³ Greider, William; *op. cit.*, p. 409.

¹⁶⁴ Warde, Ibrahim. “Agências de rating: as novas superpotências?”, O Estado de São Paulo, 29 de novembro de 1998, Caderno Economia, p. B12.

¹⁶⁵ Anderson, Perry, *op. cit.*, p. 23.

grande parte das economias do globo), mas, em termos amplos, refere-se também à retirada para a vida privada e, em especial, para a vida no lar¹⁶⁶. Os valores do individualismo e do conservadorismo que crescem a partir da década de 1970 oferecem um campo fértil para o avanço do neoliberalismo em detrimento de ideologias mais coletivistas.

Outra causa explicaria o fortalecimento da retórica neoliberal. O fundo público (“antivalor”) se divide em uma parcela destinada à reprodução da classe trabalhadora e outra destinada à reprodução do capital, logo, uma luta acirrada se dá pela apropriação de parcelas desse fundo por cada um dos agentes em conflito. Uma contradição, porém, agrava esse quadro. No momento atual, o fundo público ou “antivalor” apresenta uma tendência declinante em termos monetários¹⁶⁷, enquanto que os encargos que ele deve arcar aumentam.

“Os orçamentos públicos seguem a mesma linha descendente que o salário médio da população, só que aumentam, em vez de diminuir, as tarefas do Estado. Novas tecnologias encarecem a manutenção da infra-estrutura, danos ambientais exigem medidas abrangentes, a elevação crescente da expectativa de vida da população exige maiores gastos com assistência médica e aposentadorias. Que outra alternativa senão encurtar a oferta de serviços públicos, em todos os setores onde isso não possa ser evitado por poderosos grupos de interesses, portanto no sistema social?”¹⁶⁸

E, como nos lembra Francisco de Oliveira¹⁶⁹, a necessidade por parte do capital de maiores recursos em uma fase tecnologicamente mais sofisticada do capitalismo (principalmente para investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento [P&D]) aumenta a

¹⁶⁶ Kumar, Krishan, *op. cit.*, p. 180.

¹⁶⁷ A tendência de decréscimo do montante arrecadado pelo Estado e transformado em fundo público se ligaria à expansão geográfica do capital para áreas de baixos impostos, ao aumento do desemprego estrutural e do subemprego, ao advento das praças *offshore*. Como nos lembra Hobsbawm (Hobsbawm, Eric, *op. cit.*, 1996 p. 401), o modelo do *Welfare* “foi também, e talvez ainda mais fundamentalmente, solapado pela globalização da economia após 1970, que pôs os governos de todos os Estados - com a possível exceção dos EUA, com sua enorme economia - à mercê de um incontrolável *mercado mundial*”. Paradoxalmente, quanto maior a liberalização e a mobilidade do capital (em busca de menores tributos e causando maior desemprego), menor será sua contribuição para a formação do fundo público, porém crescente é a sua necessidade de auxílio de grandes somas estatais para a sua reprodução, aumentando a sua voracidade em se apropriar de parcelas maiores de algo que decrecece.

¹⁶⁸ Martin, Hans & Schumann, Harald, *op. cit.*, p. 286.

¹⁶⁹ Oliveira, Francisco, *op. cit.*, 1988, p. 14.

pressão exercida pelos defensores desse capital (empresários, certos economistas, muitos jornalistas etc.) sobre o fundo público. O resultado dessa crescente necessidade de recursos é um ataque feroz por parte dos defensores do capital aos gastos sociais (de reprodução da força-de-trabalho) em nome do “bem comum”, da eficiência e da prosperidade futura. O caráter ideológico do pensamento neoliberal torna-se explícito, pois se arroga em defensor de interesses gerais, sendo que representa, na realidade, uma fração mínima da sociedade em termos populacionais, os grandes capitalistas e seus agregados mais próximos.

O “Estado-Mínimo” é mínimo para o bem-estar social e não para os gastos com a reprodução do capital. Além dos gastos com Pesquisa & Desenvolvimento o papel do Estado como credor ou operador de último recurso tornou-se crucial¹⁷⁰. No mercado livre da intervenção estatal as operações de salvamento de bancos quebrados ou até mesmo de países quebrados mas interessantes para o capital global (como o México em 1995 e o Brasil em 1998) por parte dos Estados ou organizações supragovernamentais (como o FMI) se intensificam.

O fortalecimento das políticas de cunho neoliberal configuraria, então, mais uma oscilação no “pêndulo de Pirenne”¹⁷¹. Tal “pêndulo” revelaria, segundo o historiador Henri Pirenne, uma tendência de regularidade nas fases de “liberdade econômica” e fases de “regulação econômica” na história do capitalismo. Segundo Giovanni Arrighi¹⁷²:

“É perfeitamente possível que o ressurgimento na década de 1980 de crenças antes ultrapassadas, nos mercados livres e no individualismo seja o anúncio de mais uma longa oscilação do pêndulo de Pirenne em direção à “liberdade econômica”. O próprio sucesso dos mercados administrados, na promoção da expansão econômica das décadas de 1950 e 1960, desorganizou as condições da “regulação econômica”; ao mesmo tempo, criou condições para a reprodução ampliada do capitalismo “informal” que foi típico dos séculos XVI e XIX. Como em todas as oscilações prévias, um impulso organizacional num sentido acarretou um impulso organizacional no sentido oposto”.

¹⁷⁰ Harvey, David, *op. cit.*, p. 159.

¹⁷¹ Arrighi, Giovanni, *op. cit.*, p. 251.

¹⁷² Idem, *ibidem*, p. 340-41.

O “consenso neoliberal” na política econômica já começa a mostrar sinais de desgaste, tendo em vista as crises nos mercados financeiros mundiais que se prolongam desde o ano de 1997. Embora apresente alguns períodos de crescimento, a economia mundial é freqüentemente ameaçada pela recessão que se segue a crises locais ou globais do mercado financeiro. O México (1995), o Sudeste Asiático (1997), o Japão (1997-98), a Rússia (1998) e o Brasil (1998) são exemplos de como a desregulamentação e a liberalização do mercado financeiro mundial, ampliando a mobilidade do capital, causam estragos tremendos nas diversas economias nacionais, a ponto de se repensar, atualmente, o modelo neoliberal de liberdade total ao capital. Governos como o da Malásia (que passou a controlar os fluxos de capitais que entram e saem do país em setembro de 1998) e da Rússia (que se recusou unilateralmente a pagar suas dívidas externas no mesmo período) já mostram sinais de rachadura no “pensamento único”. Países como a China e a Índia, que já se recusavam a adotar a ortodoxia do livre mercado financeiro se viram menos afetados pela crise nesses mercados, servindo de exemplos para uma alternativa ao pensamento econômico ortodoxo.

O conjunto de estratégias aqui denominado de *produção flexível* ainda não forma um corpo acabado, está em construção. Pode vir a ser superado antes mesmo de se consolidar. William Greider¹⁷³ expressa muito bem o que deve ficar claro no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo:

“A luta fundamental, então como agora, é entre o capital e o trabalho. Essa luta continua a referir-se ao controle do local de trabalho e à forma de partilhar os lucros da empresa. Em ambos os casos, é o capital que está ganhando de novo, ficando com uma parcela cada vez maior dos lucros e garantindo um controle maior sobre os empregados, exatamente como fazia na época de Marx. As desigualdades de riqueza e poder que Marx denunciou estão se expandindo pelo mundo afora. Os desequilíbrios do poder levam, hoje, a excessos e abusos sociais semelhantes aos do passado”.

Para concluir esta parte, podemos interpretar o conjunto de mudanças observadas na atividade econômica do modo de produção capitalista contemporâneo como fazendo parte da resposta tradicional encontrada pelo capital para sair da crise, segundo a análise realizada

¹⁷³ Greider, William, *op. cit.*, p. 45.

por Marx em O Capital¹⁷⁴. Segundo ele, a saída mais comum das crises se daria através do rebaixamento do valor correspondente à força de trabalho e do uso intensivo de novas tecnologias (revolucionando os meios de produção). Ou seja, a passagem do *fordismo* à *produção flexível* seria uma resposta tradicional do capital para o problema da sua desmedida, para as suas crises periódicas.

¹⁷⁴ Nas linhas que se seguem, busquei as explicações expostas no livro de Jorge Luis da Silva Grespan, O Negativo do Capital (1996, Editora Hucitec), principalmente da pg. 224 à 237.